

25 NOV 1987

FOLHA DE S. PAULO

(ANC)

P4

CNBB considera parlamentarismo 'um aperfeiçoamento institucional'

Da Sucursal de Brasília

O episcopado brasileiro está convencido de que o sistema de governo parlamentarista, aprovado pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, representa "um aperfeiçoamento, do ponto de vista institucional". Para os 26 bispos, membros do Conselho Permanente da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil —, reunidos em sua sede em Brasília, a implantação do novo regime de governo pressupõe partidos bem estruturados com programas definidos e uma burocracia estável.

Esta posição da Igreja Católica foi divulgada ontem pelo bispo de Guarábira (PB) e membro da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), d. Marcelo Carvalheira, escolhido para a entrevista coletiva. Segundo ele, os bispos avaliaram como positivo o resultado da Comissão de Sistematização, cujo projeto "reconhece e promove a consciência de cidadania". Entretanto, o episcopado não tem uma posição definida quanto ao

Banco de Dados



D. Luciano Mendes de Almeida

mandato do presidente Sarney e nem sobre a conveniência de realização de eleições gerais após a promulgação da nova Carta.

O tempo de mandato do atual governo divide as opiniões do clero. Para o arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, "quando terminar a elaboração da Constituição,

Banco de Dados



D. Aloísio Lorscheider

acabou o trabalho deste governo de transição". D. Carvalheira defendeu a implantação do parlamentarismo e quatro anos para o presidente Sarney. Mas, segundo ele, há dentro da Igreja, quem defenda um mandato de cinco anos para o presidente. Tanto d. Aloísio quanto d. Carvalheira acreditam que a melhor forma de

decidir esta questão do mandato seria através de uma ampla consulta popular, não necessariamente um plebiscito. D. Carvalheira acha que a consulta deveria ser feita aos segmentos organizados da sociedade que "têm uma posição mais crítica do que o povo".

D. Aloísio afirmou que o país vive muito mais uma crise ética do que econômica. Segundo ele, o que há no Brasil "é uma tremenda corrupção e enquanto isto não for corrigido o país nunca vai entrar nos trilhos". Ele acrescentou que a classe política esqueceu os compromissos assumidos com o povo que a elegeu.

Para D. Carvalheira esta situação "deixa claro o fisiologismo" assumido por alguns políticos que estão preocupados com a sua promoção pessoal ou do grupo a qual pertencem. Ele citou como exemplo o surgimento dos eventuais candidatos à Presidência da República. Segundo d. Carvalheira, as disputas se dão como "ponto de honra" e não motivadas por uma preocupação com "o bem comum".